

4CEDHPPILC04

A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA: ENSINO PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES. 1889- 1915. PRIMEIROS APONTAMENTOS.

Mauricéia Ananias ⁽³⁾, Janaina Santiago da Silva ⁽¹⁾
Centro de Educação, DHP, PROLICEN

Este texto se constitui duplamente em um artigo e numa apresentação dos resultados alcançados no projeto intitulado a legislação da educação pública no estado da Paraíba: ensino primário, secundário e formação de professores. 1889- 1930, sob a coordenação Professora Doutora Mauricéia Ananias. Considerando essas duas vertentes, se propõe, ao mesmo tempo, descrever, sistematizar e apresentar o atual estágio em que a pesquisa se encontra.

Para tanto, iniciaremos a partir da exposição dos objetos e dos objetivos que o planejaram e da contextualização histórica do período escolhido para análise. Na seqüência, descreveremos as atividades realizadas, bem como a metodologia utilizada. Para finalizar, apresentaremos os resultados dessa etapa indicando uma conclusão, ainda que provisória.

Como anunciado, este projeto tem como principais objetivos, realizar o levantamento - a partir da localização de fontes primárias -, a catalogação, a transcrição e a disponibilização da legislação da educação pública decretada pelo estado da Paraíba, por via eletrônica, catálogo ou livro, priorizando, nessa documentação, as leis referentes ao ensino primário, secundário e à formação de professores no período compreendido entre os anos de 1889 a 1930. Ao apresentarmos os objetivos já delineamos também as nossas fontes e os objetos do trabalho. A documentação encontrada se constituirá, ao mesmo tempo, como fontes e objetos desse projeto.

Para analisá-las se torna vital situarmos o período histórico em que as mesmas foram criadas. Ao fazemos isso anunciamos a nossa, ainda, incipiente, tese.

A partir de 1889 a educação fora entendida como uma parte importante para a implementação do projeto político republicano.

Para Mello (1996, p. 71), na Paraíba, *“as primeiras notícias do golpe de 15 de novembro foram recebidas com alvoroço. Não nos colheram de surpresa, e o Estado, desde logo, tratou de organizar a sua administração, dentro dos moldes que nos trazia a nova forma de governo”*.

Em relação à educação, a preocupação não era apenas de caráter administrativo, mas se baseava principalmente na responsabilidade da formação moral que garantisse o desenvolvimento social.

Assim, na Paraíba, considerando essa importância, a formação dos professores também surgiu como uma das garantias, proclamadas pelos governantes da época, de se efetivar uma melhoria na educação. A partir de 1889, a partir da documentação encontrada, já é possível vislumbrar, que as leis elaboradas, pelo estado, sobre essas duas questões, apareciam imbricadas, justificando a necessidade de reformas para a educação pública.

⁽¹⁾ Bolsista, ⁽²⁾ Voluntário/colaborador, ⁽³⁾ Orientador/Coordenador ⁽⁴⁾ Prof. colaborador, ⁽⁵⁾ Técnico colaborador.

Numa associação clara entre os problemas enfrentados pela educação e a formação de professores, o governador do estado da Paraíba, em 1892, reclamava, mesmo considerando a importância da legislação anterior, que a atual situação da instrução não era compatível com a condição de estado assumida pela antiga, ora atrasada, província. Solicitava, assim, a criação de um sistema educacional (PARAHYBA DO NORTE, Estado da. 1892, 1892).

Nas concepções e interpretações desses governantes, esse sistema foi, paulatinamente, organizado pelos estados que seguiram a Constituição de 1891 delegando-os a responsabilidade com a instrução primária e secundária; a Constituição do estado da Paraíba referendou essa orientação.¹ Assim, esse período, se consolidou como referência para a constituição de uma concepção de educação presente desde o império, que reforçará a ação dos estados para a educação primária e secundária - conforme decreto nº33, de 11 de dezembro de 1930- que extinguiu as escolas municipais e passou para o estado a responsabilidade das escolas primárias.

A partir desse entendimento, apresentamos abaixo a descrição das principais atividades realizadas nesse primeiro semestre de trabalho, antes, para melhor entendimento, retomaremos o cronograma previsto para esse período, qual seja: a identificação dos arquivos e a localização das fontes.

Quanto à primeira tarefa, identificamos e visitamos o Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, localizado na Fundação Espaço Cultural- FUNESC, a Hemeroteca do Arquivo Judiciário, situada no centro da cidade de João Pessoa, a Biblioteca Central e o Núcleo de documentação e Informação Histórica e Regional- NDIHR, ambos na UFPB. Neles-continuando com a apresentação da segunda tarefa - localizamos a *Coleção de Leis do Estado da Paraíba* que contém a legislação procurada entre os anos de 1893 a 1930. Em vista da grande quantidade de leis referentes à educação decidimos iniciar a transcrição e continuarmos com a busca nos outros arquivos e bibliotecas, não só com a intenção de localização, mas também de comparação com o material selecionado que será elencado na apresentação dos resultados.

Para realização dessas tarefas mantivemos a proposta metodológica inicialmente adotada, o uso da pesquisa documental. Essa orientação, já consolidada historicamente por aqueles que têm como princípio a utilização de fontes primárias e secundárias como objetos de estudo - através do levantamento, catalogação e transcrição dessa documentação – referenda, teoricamente, a importância da busca e organização da legislação, considerada, nessa concepção, como um instrumento, por excelência, de mediação na construção da escolarização da população brasileira, nesse caso, a paraibana.

¹ Essa situação já estava configurada desde o império com a decretação do Ato Adicional de 1834 que delegou às províncias a responsabilidade da instrução primária e secundária. Apenas a instrução primária e secundária do município da Corte ficou sob responsabilidade do Governo Geral. Não nos ateremos à busca dessa legislação, pois isso já foi realizado por CURY, C.E.; PINHEIRO, A.C.F. (org.) *Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial*. Coleção Documentos da educação brasileira [recurso eletrônico]-Dados eletrônicos- Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

Seguiremos, de acordo com Cardoso & Brignoli em *Os Métodos da história* (1979, p.485), as orientações necessárias para a realização de tal propósito.

Para esses autores se faz necessário, após a identificação da guarda e localização- conforme procedemos- a caracterização dos tipos de fontes encontradas em primárias e secundárias. Na concepção deles, as primárias referem-se “aos documentos manuscritos de arquivos; fontes impressas (redigidas no próprio período pesquisado, embora publicadas muito depois, às vezes)”. As secundárias são “a documentação bibliográfica: livros ou artigos sobre o tema estudado, ou sobre assuntos de algum modo relacionados com ele”.

Nessa pesquisa, utilizamos fontes primárias não só pelo ineditismo da ação, mas na defesa da importância da disponibilização, e da necessidade, de material documental para a construção de narrativas sobre a história da educação paraibana.

Atendendo a esse propósito optou-se, já nesse primeiro momento, pela apresentação, como resultados, da documentação encontrada.

Na tabela abaixo elencamos os anos de 1893 a 1913 encontrados nos volumes – livros- da Coleção de Leis do Estado da Paraíba. A primeira disponibilização foi ordenada considerando a temática instrução/educação pública, o ano de promulgação, sua denominação- Lei, Decreto, Ato - numeração, livro e páginas, quando encontradas, correspondentes.

ANO	NÚMERO/DATA/LEI	OBSERVAÇÕES
1893	Decreto nº7, de 4 de Fev.	Criação de uma Escola Normal - Livro 1983 p.38
1893	Decreto nº15, de 22 de Mar.	Substituição do Diretor da I.P. - Livro 1983 p.127
1893	Lei nº 206	S/ Informação - Livro 1983 p.12
1899	Decreto nº132, de 23 de Jan.	Extinção de cadeiras - Livro 1889 p.13
1899	Decreto nº137, de 25 de Mar.	Alteração dos estudos do Liceu - Livro 1889 p.65
1900	Lei nº158, de 5 de Jun.	Licença de professor - Livro 1900 p.14
1900	Quadros A, B, C, D	Faz parte da lei nº158
1901	Decreto nº188, de 12 de Fev	Regulamento E.N. - Livro 1901-1909
1901	Decreto nº197, de 27 de Mai.	Estatutos do Liceu - Livro 1901-1909 p.34
1901	Decreto 203, de 26 de Ago.	Regimento E.N.- Livro 1901-1909 p.75
1901	Decreto nº 182, de 3 de Dez.	Professora do Liceu - Livro 1901-1909 p.71
1901	Decreto 189	S/ Informação - Livro 1901-1909 p.6
1902	Lei nº186	Criação de Asilo para a Inância - Livro 1901-1909 p.6
1903	Lei nº206, de 10 de Nov.	Criação de Cadeiras-Livro

		1901-1909 p.12
1904	Lei nº 228	Professora do Liceu - Livro 1901-1909 p.29
1904	Decreto nº241, de 26 de Ago.	Reorganização da I.P.P.- Livro 1901-1909 p.44
1904	Decreto nº242, de 26 de Set.	I.P.P. e Liceu - Livro 1901-1909 p.74
1905	Lei nº234, de 17 de Nov.	Salários Liceu- Livro 1901-1909 p.8
1905	Lei nº238, de 1 de Dez.	Aposentadoria de professor-Livro 1901-1909 p.24
1905	Decreto nº240, de 15 de Dez.	Ordenado Liceu-Livro 1901-1909
1905	Decreto nº265, de 29 de Jun.	Reorganização da I.P.P.- Livro 1901-1909 p.93
1905	Lei nº251, de 14 de Jan.	Escola Normal-Livro- 1901-1909 p.59
1905	Decreto nº271, de 14 de Set.	Escola Normal-Livro- 1901-1909
1906	Lei nº253, de 3 de Out.	Livro – 1901 p.8
1906	Lei nº255, de 3 de Out.	Livro – 1901 p.9
1906	Decreto nº293, de 13 de Mar.	Livro - 1901 p.94
1906	Decreto nº304, de 21 de Nov.	Livro - 1901 p.110
1907	Decreto nº315, de 17 de Jan.	Criação de Cadeira-Livro 1901 p.28
1907	Decreto nº337, de Mai.	Criação de função-Livro 1901 p.45
1907	Decreto nº339, de 5 de jul.	Criação de cadeira-Livro 1901 p.46
1907	Decreto nº354, de 29 de Nov.	Criação de cadeira-Livro 1901 p.99
1909	Decreto nº406, de 6 de Mar.	Utilização de atlas- Livro 1901 p.58
1910	Lei nº337, de 25 de Out.	Licença de Professora- Livro 1911 p.101
1910	Lei nº338, de 25 de Out.	Despesa com a I.P. Livro 1911
1910	Lei nº339, de 25 de Out.	Reorganização da I.P.- Livro 1911 p.116
1910	Lei nº342, de 25 de Out.	Licença para Professora- Livro 1911 p.118
1910	Decreto nº431	Regulamentação da E.N.- Livro 1911 p.110
1910	Decreto nº444	Regimento Interno da E.N.- Livro 1911 p.130
1910	Decreto nº464	Suprime Cargo-Livro 1911 p.150
1910	Decreto nº476	Disponibilidade de Professora-Livro 1911 p.192
1910	Lei nº343, de 25 de Out.	Vencimento para Professor- Livro 1911 p.198

1911	Lei nº347, de 11 de Out.	Criação de Cadeira-Livro 1911
1911	Lei nº348, de 11 de Out.	Aposentadoria de professor-Livro 1911
1911	Lei nº353, de 11 de Out.	Criação de Cadeira- Livro 1911
1911	Lei nº360, de 14 de Out.	Aposentadoria de Professor-Livro 1911
1911	Lei nº363, de 18 de Out.	Criação de cadeira - Livro 1911
1912	Lei nº365, de 28 de Mar.	Aposentadoria de professor-Livro 1912 p.3
1912	Lei nº369, de 27 de Set.	Suprime Cargo-Livro 1912 p.6
1912	Lei nº372, de 8 de Out.	Tempo de Serviço-Livro 1912 p.7
1912	Lei nº378, de 26 de Out.	Criação de Cadeira-Livro 1912 p.14
1913	Lei nº384	Criação de cadeira-Livro 1912 p.04
1913	Lei nº648, de 3 de Jun.	Regulamento E.N- Livro1912 p.115
1913	Decreto nº595, de 4 de Jan.	Aumento de salário - Livro 1912 p.65
1913	Decreto nº660, de 22 de Ago.	Disponibilidade de professor-Livro 1912 p. 123
1913	Decreto nº598, de 4 de Jan.	Divisão de cadeira-Livro 1912 p. 72
1913	Decreto nº599, de 8 de Jan.	Disponibilidade de professor-Livro 1912 p. 73
1913	Decreto nº611, de 6 de Fev.	Nomeação de Professor-Livro 1912 p. 87
1913	Decreto nº642, de 21 de Mai.	Adaptação de curso-Livro 1912 p. 112
1913	Decreto nº647, de 3 de Jun.	Criação de cadeira-Livro 1912 p. 115
1913	Decreto nº650, de 6 de Jun.	Criação de cadeira-Livro 1912 p. 117
1913	Decreto nº657, de 11 de Jul.	Criação de cadeira-Livro 1912 p. 121
1913	Decreto nº659, de 20 de Ago.	Regulamento do Lyceu-Livro 1912 p. 122

Dentro dos limites do provisório anunciamos uma possível conclusão, baseada, primeiramente, no cumprimento das atividades propostas para essa primeira etapa vencida. Assim, a localização, seleção e apresentação desse material documental se insere na perspectiva maior dessa pesquisa: a demonstração da ação do Estado, através de medidas legais, para a constituição da escola pública paraibana.

Na tentativa de construção e defesa de uma tese, a utilização da legislação como fonte tem como intenção demonstrar essa ação. Por acreditarmos que essa construção e as relações, a partir dela estabelecida, não se deram sem conflitos, buscamos, também, reconstituir a ação para aqueles que foram, em especial na mentalidade do início do século 20

e conseqüentemente pela legislação, considerados um dos principais atores do processo educativo: os professores, por isso a divisão temática da legislação anunciada no projeto apresentado. Acreditamos que como mediadora dessas relações a legislação pode desvendar as práticas escolares que envolviam os professores e alunos nesse incipiente nascimento da educação pública primária institucionalizada a partir da atuação do estado republicano.

Essa dinâmica não se apresenta apenas na futura interpretação dessa documentação, mas também no processo da coleta e seleção. Por isso a opção pela disponibilização parcial dela, pois nesse primeiro bloco a quantidade de leis encontradas demonstrou a intensa atividade legal para a educação pública. Nessa perspectiva projetamos a continuidade da pesquisa a partir da identificação dos demais arquivos – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, o Arquivo dos Governadores, da Fundação Casa José Américo, a Biblioteca Oton Bezerra, da Assembléia Legislativa da Paraíba, bem como a Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife- concomitantemente, à seleção e transcrição da legislação. Esses movimentos conjuntos visam contribuir, desde os primeiros momentos da coleta, para a publicização do material encontrado, para a reafirmação da importância da realização de trabalhos coletivos, bem como uma maior agilidade na demonstração dos resultados da pesquisa.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, H de. *História da Paraíba*. João Pessoa, PB: Universitária- UFPB, 1978. Documentos Paraibanos.
- ANANIAS, M. *A legislação da instrução pública primária na Província de São Paulo: 1834-1868: fontes e historiografia*. Campinas, SP: [s.n], 2005.
- _____. *As escolas para o povo em Campinas (SP): 1860-1889. Origens, ideário e contexto*. Campinas, SP: [s, n], 2000.
- _____. Antecedentes da administração escolar até a república. (... 1930). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP: nº especial, p.54-101, ago. 2006- ISSN: 1676-2584.
- CARVALHO, M.M.C. A configuração da historiografia educacional brasileira. FREITAS, M.C.de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.
- CHAIA, J. *Financiamento escolar no segundo império*. Marília, SP: IFCL, 1965.
- COLLECÇÃO DE LEIS DO ESTADO DA PARAHYBA EM 1900. Imprensa Oficial, 1901.
- CURY, C.E.; PINHEIRO, A.C.F. (org.) *Leis e regulamentos da instrução da Parahyba do Norte no período imperial*. Coleção Documentos da educação brasileira [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos- Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- CURY, C.R.J. *Legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- GALIZA, D.S. de. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930*. João Pessoa, PB: Idéia, 1993.
- GARCIA, W. *Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

- GURJÃO, E. de. *O. Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889- 1945)*. João Pessoa, PB: UFPB/ Universitária, 1994.
- Haidar, M.L.M. *O ensino secundário no império brasileiro*. SP: EDUSP/ Grijalbo, 1972.
- HOLANDA, S.B.; CAMPOS, P.M. (Org.) *História Geral da Civilização brasileira*. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1995. Tomo II, volumes 2 e 3.
- MARIZ, C. *Apanhados históricos da Paraíba*. João Pessoa, PB: A União/SEC. Biblioteca Paraibana.
- MELLO, J.B. de. *Evolução do ensino na Paraíba*. João Pessoa, PB: Secretaria da Educação e Cultura; Conselho Estadual de Educação, 1996.
- MELLO, J.O. de A. *História da Paraíba. Lutas e resistências*. João Pessoa, PB: a União, 2002.
- MIGUEL, M.E.B. (org.) *Coletânea da documentação educacional paraense no período de 1854 a 1889*. Campinas, SP: Autores Associados; SBHE, 2000.
- NUNES, C. A cultura jurídico-política e a educação brasileira: um campo em aberto. *Educ. Rev.*, Belo Horizonte (18-19): 6-14, dez. 1993/jun.1994.
- PARAHYBA DO NORTE. Estado da. Mensagem apresentada ao Congresso Constituinte da Parahyba pelo Governo do Estado Venâncio Neiva em 25 de junho de 1891. Typ. e Lyt. Do Pelicano de J. Seixas & C^a, Parahyba, 1891.
- _____. Mensagem do governador Dr. Álvaro Lopes Machado Major de engenheiros do congresso constituinte do Estado da Parahyba em 1º de julho de 1892. Parahyba. Typographia e Litografia a vapor – Manoel Henriques, 1892.
- PINHEIRO, A.C.F. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.
- REIS FILHO, C. *Índice básico da legislação do ensino paulista. 1890-1945*. Campinas, SP: Graf./FE, Graf. Central/ UNICAMP, 1998.
- _____. *A educação e a ilusão liberal*. SP: Cortez/ Autores Associados, 1998.
- REVISTA HISTEDBR On-line, Campinas, SP: nº especial, p.54-101, agosto 2006. ISSN: 1676-2584.
- RIBEIRO, M.L.S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- ROCHA, M.A. dos S. *Ensino normal em São Paulo (1846-1963): inventário de fontes*. Campinas, SP: Graf. Central/ UNICAMP, 1999.
- ROMANELLI, O.de. O. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.
- SÁ, P; SIQUEIRA, E.M. *Leis e regulamentos da instrução pública do império em Mato Grosso*. Campinas, SP: Autores Associados; SBHE, 2000.
- _____. *Catálogo de Documentos relativos à História da Educação em Mato Grosso (período imperial)*. Cuiabá, MT: Editora UFMT, 1998.
- SANTANA, M.M.F. de C.M. *Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba. 1920-1962*. João Pessoa, PB: CNPq/UFPB, 1990.
- SCOCUGLIA, A.C.; MACHADO, C.J. dos S. *Pesquisa e historiografia da educação brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 volumes.
- _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1981.
- _____. *Senhores e caçadores. A origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TRIGUEIRO, O. *A Paraíba na primeira república*. João Pessoa, PB: A União, 1982.

XAVIER, M.E.S.P. et Al. *História da educação: a escola no Brasil*. SP: FTD, 1994.

_____. *Poder político e educação de elite*. SP: Cortez Editora/ Autores Associados, 1992.